

CRISE HUMANITÁRIA NO MYANMAR: A EXCLUSÃO DOS ROHINGYAS

Tais Fernanda de Souza¹

RESUMO

O Myanmar, é um país, que sofre com graves problemas relacionados a grupos minoritários. Nesse caso específico, o país tem inúmeras etnias, no qual ocorre um grande problema, social, violência e ainda, a exclusão do muçulmanos, principalmente o grupo dos rohingyas, por esse fator, o governo que é composto por budistas, sendo a parte dominante, vive em conflitos com os rohingyas, gerando muitos ataques, abusos e morte. Dentre desse âmbito, muitos protestos e movimentos acontecem, tanto muçulmanos que reivindicam sua participação no país, como os budistas que pregam pelo fim dos muçulmanos no país.

Palavras-chave: Myanmar; Rohingya; Exclusão; Democracia.

1 INTRODUÇÃO

O Myanmar é um país localizado no continente da Ásia, no qual por fazer divisa com vários países, desenvolveu vários grupos étnicos, o país está sempre em conflito, principalmente entre budistas, que é o grupo dominante e as minorias, inclusive os rohingyas, que são seguidores da religião muçulmana, este grupo está em constante conflito, sendo alvos de ataques.

Assim, a crise humanitária que vem ocorrendo no país de Myanmar já é de longa data, os conflitos entre as diversas etnias existentes estão gerando abusos, maus-tratos, repressão, injustiça e morte.

Diante de todos os conflitos que se instauraram e as essas restrições, inúmeras pessoas, como manifestantes estudantis, ativistas políticos, profissionais da imprensa e defensores dos direitos humanos, ativistas rurais e sindicalistas, foram detidas por razões de consciência ou por exercerem pacificamente seus direitos às liberdades de expressão, muitas foram presas e passaram um longo tempo na prisão, no qual só ficaram livres devido a anistia concedida.

¹ Aluna do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). E-mail: taisfer_souza@hotmail.com

Também, ocorreu a primeira eleição geral de Myanmar, em 8 de novembro de 2010. Muitas pessoas ficaram esperançosas pela democracia que estava sendo instaurada.

Diante disso, pretende-se mostrar com o presente estudo como se desenvolveu os conflitos no Myanmar, assim como mostrar as restrições a liberdade de expressão, consciência e democracia.

Ademais, objetiva-se relatar quem são os rohingyas, como o governo vê a situação das minorias, quais os motivos que levam algumas minorias a serem perseguidas e torturadas.

Também, mostrar como as organizações, como a ONU, ACNUR estão tratando sobre os conflitos existentes. Assim como, relatar as circunstâncias que levam os rohingyas a se tornarem refugiados e como a vida deles se torna.

2 BREVE HISTÓRICO DO CONFLITO

A República da União de Myanmar originalmente Birmânia, é um país localizado no sul da Ásia, possui fronteiras com Bangladesh, Índia, China, Laos e Tailândia. Devido a haver vários países vizinhos, foi proporcionado ao Myanmar 135 etnias, ocorrendo a inclusão dessa diversidade no seu território, que tem aproximadamente 52 milhões de habitantes.

Ocorre, que até hoje, os que adotam o regime militar usam o nome de Myanmar, enquanto os que lutam pela pró-democracia continuam usando o nome Birmânia, pois consideram um governo ilegítimo, acreditando que não façam nenhuma mudança tão grande quanto a do nome do país.

No entanto, mesmo a Ásia estar em constante desenvolvimento socioeconômica, a proteção dos direitos humanos na região está sendo ameaçado e as minorias estão sendo vítimas de genocídio e limpeza ética, reprimindo a democracia, conseqüentemente, o direito das pessoas está em ameaça, e os estados não estão conseguindo garantir a responsabilização por violações aos direitos humanos.

Em razão disso, desde quando conquistou sua dependência no ano de 1948, ocorreu vários conflitos entre o governo central e minorias, na tentativa de formar Estados separados ou autônomos, com isso ocorreu a instabilidade política que culminou na instalação de um regime ditatorial, mas em 1962, um golpe comunista depôs o governo civil e instalou um governo militar que permaneceu no poder até 2011.

Nessa linha, a impunidade sustentou inúmeras violações dos direitos humanos, incluindo tortura e maus-tratos, em âmbito de conflitos armados, fazendo com que cada vez mais perpetuasse a injustiça, como em protestos estudantis pacíficos, onde polícias faziam repressões violentas, decorrente disto havia prisões e perseguições a todos os envolvidos em protestos.

Devido as essas restrições, inúmeras pessoas, como manifestantes estudantis, ativistas políticos, profissionais da imprensa e defensores dos direitos humanos, ativistas rurais e sindicalistas, foram detidas por razões de consciência ou por exercerem pacificamente seus direitos às liberdades de expressão.

No Myanmar, entende-se que a religião é essencial a toda a sociedade, sendo assim a principal religião é o budismo, que conta com 87,9% da população. Em seguida, o cristianismo que somam 6,2%, já os muçulmanos, animistas e hindus compõem 4,3%, 0,8% e 0,5% respectivamente, de acordo com o Ministério do Trabalho, Imigração e População do Myanmar.

A população budista, é formada por um dos maiores grupos étnicos tem o poder sobre o campo político-econômico, tendo inúmeros benefícios, exercendo sua influência para defender seus interesses. Devido a isso, ocorre muitos conflitos entre o governo central e grupos étnicos com menor representatividade, como os muçulmanos rohingyas.

Entretanto, a intolerância religiosa cada vez mais foi crescendo e as autoridades nada fizeram para amenizar essa situação, o que permitiu o crescimento do poder e da influência de grupos budistas radicais antes das eleições gerais de novembro.

Ressalta-se que a etnia e a religião destes povos nem sempre foram conflituosas, pois segundo Juliane Schober, diretora do Centro de Pesquisa Asiático e professora de Estudos Religiosos da Universidade de Arizona, os conflitos causados recentemente são em decorrência de benefícios de grupos políticos para um grupo predominante.

A religião está envolvida, normalmente, em todos os momentos do conflito no Myanmar, desempenhando papéis muito diferentes, nos conflitos, por um lado proporciona restrições a ações de natureza autônoma ou hedonista, assim como promove ações com valores morais que detenham relações pacíficas com as pessoas.

Enquanto determinadas questões tradicionalmente utilizadas para o estudo de conflitos podem ser identificadas em algum, ou mesmo mais de um dos espectros desse sistema, quero reforçar que a religião se apresenta igualmente compreendida em todos os espectros.

A religião faz uma distinção entre aqueles que compartilham suas crenças religiosas e aqueles que não. Assim, independente de alguém manifestar uma fé diferente, pode ser julgado de forma negativa em virtude de ter uma crença diferente.

2.1 DEMOCRATIZAÇÃO NO MYANMAR?

Após a aprovação da Constituição de 2008, os militares começaram a preparar as eleições, que foi agendada em fevereiro de 2008, para ocorrer em 2010. Assim, a primeira eleição geral de Myanmar, ocorreu em 8 de novembro, após quase cinco décadas de regime militar, o governo se tornou civil, quando a opositora Liga Nacional para a Democracia obteve a maioria dos assentos no Parlamento. Ocorre que mesmo que as eleições tenham sido elogiadas por haver transparência, por outro lado, foram prejudicadas pela privação de direitos políticos dos grupos minoritários e por restrições à liberdade de expressão, em particular dos rohingyas, que são perseguidos. No entanto, a vitória eleitoral da Liga Nacional para a Democracia, liderada pela ex-prisioneira de consciência Aung San Suu Kyi, foi o momento em que deu esperanças as populações pelo reconhecimento dos direitos humanos.

Percebe-se que o paradigma de segurança ainda é bastante tradicional, no caso um governo civil foi instalado, saindo do regime militar que está presente a muitos anos, com isso, as pessoas acreditaram em condições de vida melhor. No início, ocorreu uma melhora na economia, e em outras questões, entretanto, nada foi modificado em relação aos problemas sociais, pois o presidente do país na época era, Thein Sein, um ex-militar, que tem ligações com às suas raízes conservadoras, acreditando que como o governo estava era melhor para as classes minoritárias.

Esta atitude do governo se mostra em contradição com o papel que o Estado deve representar, no qual a proteção de seu povo deveria estar com foco principal, mas o mesmo se mostra inimigo de seu próprio povo. E são por estas questões que há a necessidade de mudança, abandonar a visão tradicionalista abraçada pelo país, e sendo o objeto principal e de segurança os indivíduos, portanto. Conforme elucida Ariana Bazzano de Oliveira percebe-se que a segurança humana é de total compatibilidade com a situação de Myanmar:

Dentro da concepção de Segurança Humana, questões que antes eram encobertas pelo Conflito Leste-Oeste, tornam-se as novas pautas da agenda internacional a partir da década de 90. Os problemas ambientais, as

epidemias, o desemprego, o narcotráfico, a fome, os conflitos étnicos e religiosos, o terrorismo, os refugiados, a violação dos direitos humanos, dentre outros. E como estes problemas afetam diretamente os indivíduos, principalmente as populações mais vulneráveis, o conceito de segurança internacional estritamente relacionado às questões militares torna-se cada vez mais insuficiente para explicar essas novas questões internacionais (OLIVEIRA, 2009).

Ainda, a Constituição de 2008, contém quatrocentas e cinquenta e sete cláusulas, divididas por quinze capítulos e mais cinco anexos. A partir disso, o nome do Estado passou a ser chamado de República da União de Myanmar. Também, a Constituição defende que o Estado assume a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico, principalmente voltado para o mercado, o desenvolvimento na saúde, educação e cultura.

Nesse âmbito, ficou proibido a nacionalização da propriedade privada. A liberdade religiosa é garantida, não devendo haver conflitos políticos. Está previsto a igualdade dos cidadãos perante a lei, com exceções: algumas ocupações podem ser reconhecidas pela lei para o homem e a religião budista.

O sistema político adotado está descrito como uma democracia florescente, disciplinada, genuína e multipartidária, e o Estado é um sistema unitário ou uma união, onde o poder administrativo está dividido entre o governo central, os sete estados correspondentes às minorias étnicas, assim, como um território da União e cinco zonas étnicas.

Ademais, o Parlamento aprovou quatro leis que foram propostas por grupos nacionalistas budistas radicais, visando a proteção da raça e religião. As leis são sobre a Conversão Religiosa, a Lei sobre o Casamento Especial para Mulheres Budistas, a Lei de Controle de Natalidade e a Lei sobre Monogamia, mesmo contendo conteúdo que viola os direitos humanos, inclusive com a discriminação da religião de gênero, foram aprovadas.

A situação dos rohingyas se deteriorou ainda mais, quando o governo intensificou a repressão às liberdades de expressão e de associação. As denúncias de abusos dos direitos humanos e do direito internacional humanitário nas zonas de conflito continuaram, mas a impunidade prosseguiu, mesmo havendo denúncia contra o governo.

Ainda, os prisioneiros de consciência, ou os manifestantes estudantis fizeram protestos pacíficos contra a nova Lei Nacional de Educação na cidade de Letpadan, na região de Bago. Neste caso, mais de 100 pessoas, envolvidas, foram acusadas de uma

série de delitos por participar dos protestos. As autoridades submeteram os envolvidos com o protesto sob vigilância e assédio, por algumas semanas, tentando intimidar as pessoas participantes. Assim como em um mês antes das eleições gerais, as autoridades prenderam diversas pessoas por postagens nas redes sociais que ironizavam o exército.

Depois de algum tempo, ocorreu a anistia de 6.966 pessoas que estavam presas, 11 delas prisioneiras de consciência.

Ainda, foram usadas para reprimir as divergências e restringir os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica leis amplas e vagas. Também, as autoridades intimidaram e monitoraram defensores dos direitos humanos e ativistas pacíficos, assim como seus familiares e amigos, submetendo ao assédio e vigiando, como comparecendo a eventos e reuniões, indo em suas casas, local de trabalho, tirando fotos.

Mesmo após o país adotar a democratização a situação nada melhorou para os rohingyas e as demais minorias, ondas de violência se intensificaram no ano de 2012, por grupos extremistas de maioria budista no estado de Rakhine deixando mais de 10 mil mortos, milhares de casas e edificações muçulmanas destruídas e milhares de refugiados deslocados para países vizinhos.

Tais perseguições estão ligadas aos grupos nacionalistas Movimento 969 e Exército Democrático Budista dos Karen, que possuem discursos instigando a violência ao definir os muçulmanos como inimigos.

O movimento 969, acontece em convergência com o aumento da visibilidade de seu membro mais famoso, o supracitado monge U Wirathu que acabou se tornando a face do terror budista, quando ganhavam organizavam grupos políticos monásticos e até conduziam treinamento político em áreas rurais. Em 2003 foi preso por nove anos até ser libertado em 2012, depois de concedida anistia, retornando novamente para as atividades, liderando um grupo de milhares de monges, pedindo ao país que apoiassem a proposta do presidente que foi feita à ONU, para enviar os 800 mil rohingyas de Rakhine para um outro país.

O movimento 969 distribuía adesivos para auto identificação por empresas de propriedade budista e do encorajamento de budistas para apenas patrocinar estabelecimentos de propriedade budista.

Sendo assim, o movimento 969 tem incluído reivindicações contra os muçulmanos para conquistar o país e ainda encoraja os budistas a acabar com os negócios muçulmanos assim como a tentativa de restringir o casamento inter-fés.

Também, há a criação de canções que falam sobre como os budistas devem reivindicar contra os muçulmanos, entretanto os budistas negam qualquer incitação de violência e ainda, dizem ser apenas a defesa do budismo e ainda culpam os muçulmanos, alegando que eles instigam os piores incidentes.

2.2 QUEM SÃO OS ROHINGYAS E PORQUE SÃO EXCLUÍDOS DA SOCIEDADE

Primeiramente, os rohingyas têm sido hostilizados desde antes da independência do Myanmar, nunca tiveram os mesmos direitos que os outros cidadãos, pois o governo recusa em reconhecer os rohingyas como cidadãos de fato e de direito em Myanmar, alegando serem naturais de Bangladesh, na Índia. Eles, não tem uma origem definida, pois os eventos que levaram a expansão do islamismo ao Myanmar ainda são desconhecidos.

Em 1948, o governo dominante, logo depois de sua independência dos Britânicos aprovou uma lista de etnias reconhecidas oficialmente, excluindo os rohingyas.

A partir dos anos 70, o governo militar birmanês intensificou a perseguição às minorias não reconhecidas, no qual afetou a comunidade rohingyas. Durante as décadas de 1960 e 1970, ocorreram várias rebeliões entre budistas e a minoria, assim percebendo a diversidade como uma ameaça ao poder, o governo dominante, negligenciou a demarcação de novas fronteiras e restringiu a expressão étnica, política e social dos povos minoritários.

A partir disso, os rohingyas não tem mais direitos, com esse completo abandono por parte do Estado, o resultado que se tem é a desobediência civil e violência organizada. Atualmente, o Estado de Rakhine, onde vivem os rohingyas é uma das regiões mais miseráveis do país, no qual atinge níveis de 78% de pobreza.

Entretanto, as minorias rohingyas que enfrentaram a discriminação e a intolerância religiosa, assim como a quatro leis implementadas, como os ativistas dos direitos das mulheres e outros defensores dos direitos humanos, foram vítimas de assédio e intimidação, e de abuso sexual.

A maioria permaneceu privado de sua nacionalidade devido à Lei de Cidadania de 1982 e continuaram a enfrentar restrições do seus direitos a liberdade, circulação, havendo também, acesso limitado à assistência médica e a negação dos direitos à educação e à igualdade de oportunidades de emprego.

Também ocorreram denúncias de prisões arbitrárias, maus-tratos de rohingyas detidos, e mortes sob a custódia das forças de segurança. Além disso, o presidente anunciou a revogação de todos os Cartões de Registro Temporário (CRT), no qual ficaram sem nenhum documento de identidade, essa medida impediu o grupo de votar na eleição de novembro, e ainda, nenhum rohingyas poderia se candidatar. Com todos os acontecimentos muitos rohingyas foram embora do Myanmar.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), 33.000 pessoas, entre elas rohingyas e cidadãos de Bangladesh fugiram de Myanmar, para Tailândia, ocorre que encahadas no mar em barcos superlotados controlados por traficantes e contrabandistas de pessoas, a maioria foram espancados e mantidos reféns em troca de resgate.

Portanto, nos últimos anos, aconteceram muitos atos violentos no Myanmar. Em maio de 2012, uma mulher foi violentada e assassinada por três muçulmanos. Conseqüentemente, 10 homens muçulmanos foram mortos em um ônibus como forma de retaliação pela morte da mulher. Na Assembleia Geral da ONU o tema foi discutido e os líderes de países muçulmanos, e o Secretário-Geral da ONU, exigiram mais ações para dar um fim à violência.

Ocorre, que em 2016, três estações da Polícia da Guarda de Fronteira foram saqueadas por muçulmanos, nos dias seguintes mais eventos como este aconteceram. Assim, o governo do Myanmar criou ações para investigar as alegações de abuso de direitos humanos, mas não houve resultados satisfatórios, pois não é abordado questões de identidade e cidadania dos rohingyas.

Em janeiro de 2017, alguns ativistas expressaram desaprovação por cartas, em relação às medidas tomadas pelo governo da Secretaria da Liga Nacional para a Democracia, Suu Kyi. Apesar das críticas, Aung San Suu Kyi nega-se em discutir o assunto.

Desde agosto de 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) calcula que aproximadamente 655 mil rohingyas tenham se deslocado em busca de refúgio, momento em que os conflitos se intensificaram.

Em novembro de 2017, o Conselho de Segurança da ONU pediu que o Governo reduzisse o uso da força militar e da violência na região, visto que os conflitos constituem uma limpeza étnica.

Durante a visita do Papa ao país, o chefe das Forças Armadas afirmou que não há discriminação no país, e ainda, parabenizou os militares por manter as organizações de direitos humanos. Além disso, o governo nega as acusações de genocídio, defendendo os ataques cometidos são de defesa contra os birmaneses. Já, sobre os rohingyas mortos, dizem serem terroristas.

Ademais, o governo entende o ato de ceder direitos às minorias desvantajoso e perigoso, sustentam que a perseguição aos rohingyas são pela crescente taxa de natalidade desse grupo étnico; a incompatibilidade de culturas; a participação rohingyas nas atividades econômicas e locais e a ameaça à segurança no estado de Rakhine devido aos recentes conflitos na região.

Tais argumentos são baseados em motivos racistas e preconceituosas, utilizados pelo governo para justificar suas ações, no qual influencia outras etnias.

Atualmente, o destino dos refugiados rohingyas, é Bangladesh, no qual tem encontrado muitas dificuldades para acolher todos os refugiados, tanto que neste ano de 2018 estabeleceram um calendário para repatriar os rohingyas. O governo de Bangladesh aceitou receber 1500 pessoas por semana.

Mesmo assim, os direitos à cidadania continuam a ser negados não havendo garantia de segurança ou direito reservados a elas, dessa maneira, muitas famílias ainda sentem-se inseguras em serem repatriadas. A Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados- ACNUR defende que o retorno dos refugiados deva acontecer somente quando sentirem-se seguros e protegidos.

Por fim, a relatora especial da ONU recebeu permissão para viajar por apenas cinco dias, para verificar a situação do país e de Rakhine, mas teve dificuldades para se reunir com interlocutores do governo e teve sem acesso negado ao Estado. Também denunciou a vigilância e o assédio por parte dos que compõe a sociedade civil. Ficou evidente que mesmo que os funcionários do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) tenham entrado no Myanmar, eles não tinham acesso total e permanente ao país, o que interferia na capacidade de realizarem seu trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir do presente estudo, verificamos que por muito tempo o país de Myanmar está vivendo em constantes conflitos, por questões políticas de intolerância religiosa que cada vez mais foi crescendo e as autoridades nada fizeram para amenizar essa situação, o que permitiu o crescimento do poder e da influência de grupos budistas radicais antes das eleições gerais.

Ainda, mesmo depois de ter ocorrido as eleições, poucas coisas mudaram, e o governo apesar de ser uma democracia continuou com aspectos militares, e as minorias estavam cada vez mais descontentes com a situação que se instaurava.

Além disso, o Parlamento aprovou quatro leis que foram propostas por grupos nacionalistas budistas radicais, visando a proteção a raça e religião, sendo leis como a Conversão Religiosa, a Lei sobre o Casamento Especial para Mulheres Budistas, a Lei de Controle de Natalidade e a Lei sobre Monogamia, todos violam os direitos humanos, inclusive com a discriminação da religião de gênero, mas mesmo assim, foram aprovadas.

Depois dessas leis aprovadas, a situação das minorias, inclusive dos rohingyas ficou cada vez mais difícil, o governo dominante fez repressões de todos os tipos, deixando os rohingyas sem nenhum documento de identificação, fazendo repressões a liberdade de expressão, de consciência, assim como torturando, cometendo maus-tratos e abusos de todos os tipos, ondas de violência se intensificaram, deixando mais de 10 mil mortos, milhares de casas e edificações muçulmanas destruídas e milhares de refugiados deslocados para países vizinhos.

Ainda, houve a criação de um grupo, Movimento 969, cujo o fundamento era distribuir adesivos para auto identificação por empresas de propriedade budista e dar encorajamento de budistas para apenas patrocinar estabelecimentos de propriedade budista, assim os negócios dos muçulmanos iria a falência.

Ademais, os rohingyas sempre foram um povo hostilizado, com desigualdades, nunca tiveram os mesmos direitos que os outros cidadãos, devido a ser um povo diferente, com uma cultura e religião diferente dos budistas, sempre foram ameaçados e torturados.

Ainda, demonstra-se que as Organizações como a ONU, ACNUR e outras demonstram interesse para que os conflitos existentes acabem, e que todas as etnias sejam aceitas, mas nem mesmo essas Organizações são bem vindas no país, bem pelo contrário, das viagens já feitas, nenhuma foi realizada com sucesso, pois o governo não deixa as Organizações a efetuar contato com as minorias.

Diante disso, o presente estudo mostrou que os conflitos entre governo dominante e minorias já vem ocorrendo a muito tempo e cada vez mais está piorando, ainda, a minoria excluída, no caso, os rohingyas estão buscando refúgio para proteção em outros países vizinhos. Também, apesar de haver eleições, transformando o governo em civil, a forma de governar não mudou. Por fim, a Constituição de 2008, que protege o povo e da direitos a todos não está sendo seguida, pois a mesma assegura a liberdade de religião a todos, assim como saúde, e isto está sendo negado as minorias, principalmente aos rohingyas, por serem um povo excluído de Myanmar.

REFERÊNCIAS

ANISTIA, **Internacional Informe 2015/16**. O Estado de Direitos Humanos no Mundo. [2016?]. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

GUERREIRO.M. C. **A Birmânia e a Luta pela Democracia: 1988-2010**. 2012. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Especialização em Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa. Disponível em:<https://run.unl.pt/bitstream/10362/8676/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_CPRI_RI_M%C3%A1rcia%20Guerreiro_A%20Birm%C3%A2nia%20e%20a%20Luta%20pela%20Democracia_1988_2010_Mar%C3%A7o%202012.pdf>. Acesso em:21 mar. 2018

MICHELETTI. C. V. ROSA, B. P. 2018. **A Crise Humanitária No Mianmar: Violência Contra os Rohingya**. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/mianmar-crise-humanitaria-contra-rohingyas/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

NOBRE, F. **Religião E Violência Em Conflitos Intratáveis: A Radicalização Do Budismo Em Mianmar**. Disponível em:<[http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1503613250_ARQUIVO_\[ABR I2017\]Religioeviolenciaemconflitosintrataveis\(FabioNobre-UEPB\).pdf](http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1503613250_ARQUIVO_[ABR I2017]Religioeviolenciaemconflitosintrataveis(FabioNobre-UEPB).pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. **O Fim da Guerra Fria e os Estudos de Segurança Internacional: o conceito de Segurança Humana**. Ano III, ano 5.. Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1221/1088>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SIMÕES, L.C.S. **Mianmar e o Desafio da Segurança Humana**.2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/download/3984/3327>>. Acesso em: 12 mar. 2018.